



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

AS VICISSITUDES TERRITORIAIS DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

MARIA ESTER SANTANA SILVEIRA NASCIMENTO¹

Resumo: A Constituição Brasileira de 1988 trouxe para as comunidades quilombolas, mesmo que numa disposição transitória, um espaço de visibilidade social a partir do momento que reconheceu o direito dessas comunidades sobre seus territórios de vivência. As complexidades dessas vivências assim como as próprias comunidades vêm sendo aos poucos reveladas nos estudos acadêmicos e até mesmo nos processos de reconhecimentos dessas comunidades para a garantia desses territórios. A história que aqui se apresenta é parte de uma dissertação que trata da disputa entre uma comunidade quilombola e uma mineradora, além de outros posseiros, por um território em que de donos foram transformados em agregados e posteriormente expulsos do mesmo, reconstruindo seu modo de vida no espaço urbano e preservando aspectos da vida quilombola. Essa comunidade luta há quase um século retomar seu território que nos dias atuais pouco sobrou das terras devido às atividades da mineradora.

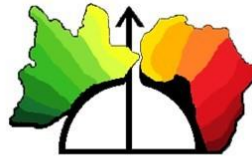
Palavras chave: Espaço rural e urbano; Resistência; Preservação.

Introdução

Mesmo com a ciência de que o quilombo não representou apenas resistência ao sistema escravista, mas também um local de produção para o seu abastecimento, relacionando-se em todo o tempo a vários segmentos sociais, sua marginalidade foi quase que unânime e não foi abolida com o fim da escravidão. Seus integrantes continuaram classificados como marginais por um longo período. Na realidade, boa parte deles tornaram-se camponeses pobres, posseiros e clandestinos, ocupando áreas que a sociedade dominante desconsiderava como de interesse.

No início do século XX, a realidade dessas comunidades começou a mudar por interesse da sociedade “branca” que se expandia para territórios antes abandonados. Dessa vez não houve fuga, os grupos que antes se escondiam decidiram pela evidenciação favorecida pelos movimentos sociais que durante o referido século foram se fortalecendo e, ao final deste, ganharam fôlego com a efervescência política do momento. A culminância dessa nova luta foi o reconhecimento desses sujeitos no “Artigo 68” dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que transformou, de

¹ Mestra em Desenvolvimento Social e Professora de História da Arte no curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Pitágoras de Montes Claros/MG. E-mail: msantanasn@hotmail.com



SALVADOR E SUAS CORES 2017

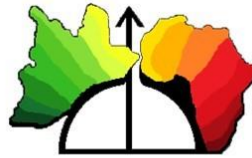
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

uma só vez, o quilombo histórico em território de importância fundiária, cultural e política; ao mesmo tempo transformou seus integrantes em sujeitos de direito com a garantia de ocupação desse território.

O texto que aqui apresentamos e que trata da questão quilombola foi construído a partir do texto de nossa dissertação que trata de um conflito de terras entre uma comunidade quilombola e uma mineradora. O nome da comunidade é Família dos Amaros e estão situados na cidade de Paracatu/MG. O título dessa dissertação é: A Trajetória Histórica, Social e Política de uma Comunidade Quilombola na Garantia do Direito a um Território. Por isso mesmo, já alertamos que neste texto, não é tratado especificamente questões de arquitetura e urbanismo, porém, não deixa de se relacionar com esse tema uma vez que trata da história de uma família quilombola que é expulsa de seu território, reconstituindo-se no espaço urbano. Em todos os aspectos, falar de quilombolas é falar de espaços tanto físicos quanto subjetivos, daí nossa pretensa ideia de estarmos falando de arquitetura. Consideramos que na realidade estamos tentando construir uma ponte entre a área de nosso estudo que envolve o desenvolvimento social e a arquitetura e o urbanismo. Na primeira parte do texto apresentamos uma orientação histórica sobre o grupo estudado. Na segunda parte, ainda seguindo a linha histórica, procuramos apresentar alguns aspectos da preservação da cultura quilombola por parte do grupo estudado no espaço urbano e suas limitações. Na terceira parte apresentamos uma breve reflexão sobre a importância da territorialidade para a constituição identitária do quilombola e na última parte trazemos outra breve reflexão sobre a relação do quilombola com a garantia de seu reconhecimento social.

Um pouco de história

Difícilmente podemos entender ou solucionar determinados problemas sociais sem compreender ou conhecer o passado, ou o que foi preservado dele, através da seleção memorial do grupo analisado. “O valor da investigação histórica sobre “o que de fato aconteceu” para a solução desse ou daquele problema específico do presente



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

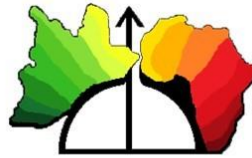
e do futuro é inquestionável (...)" (HOBBSAWN, 2004, p.32). A história do grupo aqui analisado também não é isolada, faz parte de um contexto maior que é a história da cidade de Paracatu/MG e de acordo com nossa pesquisa foi da história de Paracatu/MG que surgiu a história dos Amaros.

Paracatu localiza-se no Noroeste de Minas, distante 482 km de Belo Horizonte e 233 km de Brasília-DF, é destaque na história brasileira desde os tempos do Brasil Colônia. Foi pela descoberta de ouro na região, por volta de 1744, que conseguiu sua elevação à condição de vila em 1798, por um alvará de D. Maria I, de Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas de Paracatu passou a Paracatu do Príncipe. Como a grande maioria das regiões de exploração aurífera da época, viu o esgotamento aurífero ocorrer por volta do fim do século XVIII e início do século XIX. Saint-Hilaire (1937, p.259) retrata bem a vila por essa época:

As minas dos arredores de Paracatu estão longe de se acharem esgotadas, mas pouco a pouco foram tornando de mais difícil exploração. O amor e o reconhecimento fizeram libertar grande número de escravos; os outros morreram e não puderam ser substituídos. Apenas hoje em dia (1819) contam-se em Paracatu duas ou três pessoas que se ocupam em grande escala da exploração de ouro; a população desta vila diminuiu sensivelmente, e não se vê mais do que pequeníssimo número de brancos, geralmente pobres, e aos quais o clima e a ociosidade fizeram perder o espírito empreendedor de que seus pais foram animados.

Como alternativa aos tempos áureos, o município desenvolveu as atividades pecuária e agrícola. O viajante também comenta o modo como Paracatu se manteve a partir desse momento:

O rendimento das minas irá sem dúvida, diminuindo continuamente; mas a vila de Paracatu encontrará recursos que lhe advêm do título de comarca; encontra-lo-á principalmente nos produtos dos seus arredores, e na venda do gado que nutrem suas pastagens. (p.266)



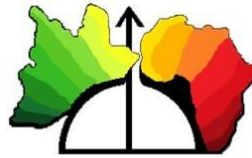
SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Acreditamos poder afirmar que é nesse cenário que começa a história dos Amaros. De acordo com relatos de Dória (2004), apresentados no Relatório sócio-histórico e cultural sobre a Família dos Amaros, é nesse lugar que Amaro Pereira das Mercês, escravo forro, se estabeleceu e constituiu família, por volta de 1800. O local esgotado pela mineração, na época, não era mais de interesse para o garimpo do ouro, tanto dos que tinham permissão da coroa portuguesa para isso, quanto dos aventureiros que não se contentavam com pouco. Amaro adquiriu pelo processo de compra uma terra cujo nome é Pituba, mas que também é conhecida como Macaco. Essa propriedade localizava-se no Morro da Cruz das Almas que é hoje conhecido como Morro do Ouro e é ocupado pelas atividades extrativistas da Mineradora Kinross, denominada na cidade de RPM². Outras famílias de negros libertos também se estabeleceram no local, por mais de um século.

Amaro e seus vizinhos são clássicos representantes da grande massa de camponeses livres, mas pobres, que em muitas regiões entre os séculos XIX e XX, estabeleciam-se em locais próximos às áreas urbanizadas (neste caso, vila), organizando-se em pequenas comunidades (nesse caso, negras), que abasteciam o mercado local com o que produziam e daí levavam aquilo que não lhes era possível produzir. Tal exemplo é mais um reforço contra antigas certezas historiográficas e sociológicas de que a sociedade desse período constituía-se apenas por duas classes distintas: senhores e escravos, além de mostrar que em Paracatu, as condições econômicas em momentos de precariedade, favoreceram o relaxamento nas relações entre brancos e negros, senhores e escravos.

No correr da história, a tranquilidade dos primeiros tempos da vida dos Amaros, foi aos poucos ficando para trás e as novas gerações passaram a conhecer uma realidade mais difícil de enfrentar. Nos relatos que membros da família fizeram à antropóloga Siglia Zambrotti Doria (2004), há comentários referentes a um

² Rio Paracatu Mineração.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

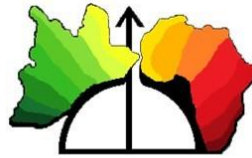
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

personagem que tem ligação direta com os problemas que os Amaros passaram a enfrentar no século XX. Esse personagem, homem externo ao núcleo familiar que chega no primeiro quartel do século XX e torna-se habitante comum entre os da região, envolvendo-se com os Amaros através de relações de compadrio. Das relações de compadrio passa para as relações de patrono-cliente, como relata Dória (2004, p.61):

Os moradores aproximaram-se de (...) em primeiro momento pelas possibilidades apresentadas por este de servir como um mediador entre eles, analfabetos e pouco informados da vida externa ao Pituba, com a estrutura institucional da sociedade envolvente, sobretudo com as estruturas municipais. E na medida em que o fazendeiro operava com outra lógica que incluía a acumulação capitalista, passaram a servi-lo, atraídos primeiro pela possibilidade de aumentarem seus ganhos, desempenhando trabalhos rurais à meia e à terça, ou seja, o fazendeiro bancava os custos do plantio e a produção obtida era então dividida em duas ou três partes (...).

Esse sujeito aos poucos transformou os donos legítimos da terra em seus agregados. A partir daqui seguiremos o trajeto histórico dos Amaros através da história de Ignês³, que segundo Dória (2004), em setembro de 1947, deixou a Pituba e mudou-se para a cidade de Paracatu em busca de melhores condições de vida. A situação na Pituba tornou-se insuportável devido aos atos de violência por parte dos filhos e netos do invasor, que passaram a seguir a lógica de “deixar a terra limpa de agregados, moradores e posseiros para que ela pudesse ser convertida ao mercado regional de terras.” (DÓRIA, 2004 p.78). A expulsão de Ignês foi uma combinação de pressão física e social. Por Dória (2004), após a morte de seu marido, com dificuldades para criar os filhos, Ignês foi instruída a pedir ao governo federal o benefício para quem

³ A escolha por Ignês tem as seguintes razões: É bisneta de Amaro e foi com ela que o núcleo familiar herdeiros diretos de Amaro deixou o campo e partiram para cidade, mudando os rumos de sua história.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

tinha prole numerosa⁴⁵. Feito isso, com a indenização, foi novamente influenciada a comprar um terreno nos arredores da cidade com o dinheiro, embora o valor fosse maior que o recebido. Foi assim que os herdeiros de Amaro se transferiram da região rural (Pituba) para a região urbana (Paracatu).

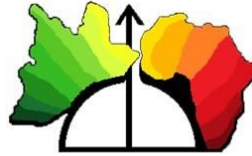
Na reterritorialização espacial que tiveram que enfrentar na mudança para a cidade, as adversidades não foram barreiras para o grupo manter aspectos que lhes eram mais simbólicos na Fazenda Pituba. Há entre os dois espaços semelhanças geográficas, por outro lado, foi na reorganização socioespacial, que as diferenças e dificuldades quanto aos aspectos étnicos e sociais foram mais sentidas. No espaço rural em que viveram até a referida época, todos apresentavam as mesmas características, sendo eliminadas as possíveis diferenças. Essas, se haviam, eram pouco notadas. Na Pituba ainda era possível manter laços e vínculos que praticamente igualavam todos. O que ocorre na cidade, diferentemente da vida rural, são hábitos e formas diferenciadas do que estavam acostumados na vida rural, na cidade a complexidade é maior como é possível ver na fala de Fernandes (2008, p.327), que os laços e vínculos pós libertação da escravidão

(...) se renovaram incessantemente, apesar das mudanças ocorridas em outras esferas da vida humana, as condições psicossociais e socioculturais que suportavam, morfologicamente ou funcionalmente, as antigas estruturas de relações sociais. Em consequência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre “negros”, “brancos” e “mulatos”) continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de *status* e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas identificadas como pertencendo a cada estoque racial,

⁴ Diante da visão desenvolvimentista da época, acreditava-se que famílias numerosas atenderiam melhor às necessidades de mão-de-obra, daí o incentivo e proteção a essas famílias e, de acordo com o Decreto de Lei

⁵ .200, de 19 de Abril de 1941, capítulo XII, artigo 29. “Ao chefe de família numerosa (...), e que exercendo qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas de subsistência de sua prole, será concedido mensalmente, o abono familiar de cem mil réis, se tiver oito filhos, e de mais vinte mil réis por filho excedente.

Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=320000&tipo_norma=DEL&data=19410419&link=s. Acesso em: 5 out. 2011.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

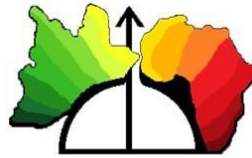
“deviam” (ou “podiam”) participar dos direitos e dos deveres incorporados à ordem social vigente.

No espaço urbano são confrontados a se perceberem diferentes e a partir daí encaixarem-se na lógica da desigualdade social e racial, mesmo em Paracatu/MG que em tempos de escravidão teve que libertar seus escravos por não ter como mantê-los sendo em alguns casos um tanto quanto tolerante com a diversidade étnica. O trabalho na cidade pouco diferia do trabalho rural. Por ser um local periférico, na época, os aspectos urbanísticos comuns a uma cidade ainda não haviam chegado. A família roçava e plantava, guardadas as proporções, quase igual na Pituba. Até pouco tempo, mesmo obedecendo à ordenação urbana de divisão de quarteirões, alguns desses aspectos eram preservados pelas famílias que vivem em uma mesma quadra e com casas próximas.

Os espaços de morada reproduzem em escala reduzida as divisões e as destinações de uso das casas que ocupavam no Macaco (Pituba). No terreno estão dispostos a casa, o alpendre, a cozinha com o fogão à lenha, a casa da farinha, o engenho de cana, o galinheiro, o curral, a horta, o pomar, o espaço da roça, ou seja, o da lavoura de subsistência – plantam milho, feijão, cana, abóbora e o que mais der (DÓRIA, 2004, p.95).

Também trabalhavam na cidade com capina e outras atividades correlatas, trabalhavam também para o bispo que arrebanhava os grupos oriundos da zona rural, contratando-os para a cata de lenha nas redondezas da cidade e trabalhos braçais, as mulheres passaram a trabalhar como domésticas nas casas de família da cidade e atividades correlatas. Anos depois, a urbanização de acordo com os projetos da prefeitura ordenou a região em quarteirões, separando as casas. De acordo com Dória (2004, p.88):

A família foi confinada em um quarteirão, segmentado em unidades, cuja maior área possui 900 metros quadrados, cercadas por muros, imposição da prefeitura municipal.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

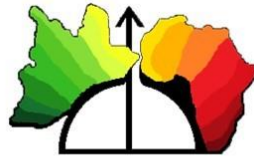
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

(Atualmente apenas seis unidades são ocupadas pela família). Nesse espaço exíguo, todavia continuaram plantando e criando seus animais em pequenos currais dispostos no mesmo espaço; mantinham casa de farinha e engenho de moer cana, fabricavam o que hoje se convencionou chamar de artesanato, peças utilitárias essenciais a uma unidade camponesa – gamelas, peneiras, colheres, entre outras peças. Passaram a alugar terrenos alheios para o plantio de milho, feijão, abóbora, produtos cruciais para a sobrevivência do grupo (...).⁶

Na nova configuração urbana que já adentrava os anos de 1970 os herdeiros de Ignês construíram novas casas. Essas foram construídas buscando a reconstituição da memória histórica dos tempos passados, como podemos observar na foto a seguir. Os próprios homens da família que construíram as novas casas decoraram suas fachadas com pedras e desenhos que lembram árvores ou plantas do cerrado da região da Pituba.

Esse fato nos remete a Lemos (2012) que indaga logo no início de seu pequeno livro *O que é Arquitetura*, sobre o que é realmente belo numa construção, e sem dúvida as casas dos Amaros podem ser classificadas, de acordo com os critérios estabelecidos por Lemos (2012) para se pensar a relação estética entre construção e arquitetura, como aquelas que foram “levantadas segundo um critério artístico qualquer” (LEMOS, 2012, p. 8). Para alguém que desconhece a subjetividade ali expressa, à primeira vista as casas não passam de uma representação exótica. Porém, se analisadas com mais critérios, podem ser consideradas no conceito de arquitetura vernacular.

⁶ Nos dias atuais, notamos durante as visitas para este trabalho que os aspectos relatados por Dória (2004) já foram alterados. Apenas na casa de um dos remanescentes encontramos uma espécie de galinheiro e um exíguo espaço no qual estão guardados os instrumentos que outrora eram usados para a feitura da farinha. Em outra casa nossa visita foi cercada de certa resistência quanto a mostrar o local, o que não quer dizer que não houve receptividade e acolhida. O fato é que recolhem material para reciclagem. Devido às pressões do conselho tutelar, para a higienização do local para que sejam mantidos no mesmo algumas crianças. Por exigências da vigilância sanitária, os mesmos tiveram que associarem-se à associação de catadores coordenada pela prefeitura local. Porém reclamam do atendimento da associação que não os paga o que recebiam antes de uma empresa particular e estão demorando na entrega da carteirinha de associado.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

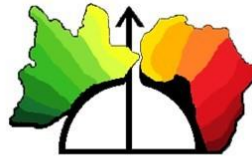
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Figura 1 - Casas da família de D. Mariinha, no bairro Paracatuzinho Fonte: Maria Ester Santana, 2011.

De geração em geração, a consciência de serem donos da fazenda Pituba foi aos poucos sendo apagada. Os mais velhos, que podiam confirmar e dar provas desse direito pois aos poucos foram morrendo. As violentas ações de expulsão e expropriação desanimaram os mais novos que passaram a buscar novas formas de sobrevivência, em locais distantes. Mas o acaso os fez voltarem novamente ao velho sonho, quando souberam da existência do registro de posse da terra em nome da família no cartório de Paracatu. Fato que ocorreu no início dos anos de 1980, quando engenheiros do DER (Departamento Estadual de Estradas e Rodagens) buscavam pelos donos das terras por onde passaria a rodovia estadual 188 que hoje liga a cidade de Paracatu a Unaí/MG.

A notícia sobre a existência de tal documento aguçou a indignação e destreza de uma das herdeiras, já na quarta geração dos Amaros, a fez ir até o cartório requerer uma cópia do documento. Por outro lado nos anos de 1980, época da recuperação do documento que comprovava o direito da Família Amaro sobre o território da Fazenda Pituba, um elemento externo entrava na história de Paracatu e na história dos Amaros: a mineradora Rio Paracatu Mineração – RPM. que de posse da autorização



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

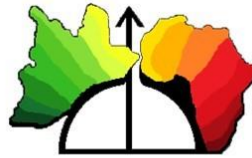
necessária do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral passou a adquirir os imóveis que constituíam o lote onde iniciaria a exploração das atividades mineradoras. Dentre essas terras estavam as terras que no passado pertenceram aos Amaros. Tal fato ampliou a dificuldade de recuperação da posse sobre as terras da família.

A preservação da memória no espaço urbano

O reconhecimento legal das comunidades negras rurais quilombolas, através do artigo 68 dos ADCT e sua caracterização pelo decreto 4887/03, tornaram evidentes também traços culturais desses grupos como os manifestos em festejos, religiosidade e outras manifestações que de alguma forma são associadas à sua identidade como remanescentes de quilombo. Em muitas dessas comunidades, as manifestação que os destacam são aquelas ligadas à religiosidade e festejos. Às vezes as duas coisas em uma só. Traço de cultura negra que diante da negação e impedimento por outrem, de seu próprio modo de ser, como foi no passado dos negros no Brasil, encontra no ato de mimetizar atos do branco, praticando sem se dar conta, um movimento dialético que nega mas ao mesmo tempo assimila e gera a partir daí um modelo cultural próprio transmitido através do tempo, acaba nos dias de hoje, ao apresentá-lo publicamente, por revelar “a verdadeira face do povo, moldada através da cultura.” (FERREIRA, 2001, p.16).

O festejo quilombola traz em si a afirmação da identidade coletiva, em que cada um dos participantes – praticantes ou plateia – experimenta e expressa o sentimento de pertencimento àquele grupo específico. No festejo quilombola ocorre a transmissão dos valores cultivados pelo grupo, assim como se transmite o modo de fazer e perpetuar o próprio festejo.

Os Amaros têm sua origem no espaço rural com significativas características de quilombos e fora dele buscaram se reinventar no espaço urbano sem deixar para traz sua identidade. Dentre as lembranças e representações simbólicas do período em que



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

viveram na Fazenda Pituba, preservaram o hábito de festejar o São João através da dança conhecida como “caretada” ou como alguns dizem “caretagem”. O nome relaciona-se ao uso de máscaras durante a apresentação.

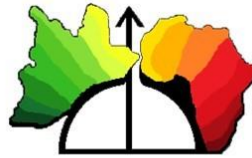
Pelo Professor Doutor Paulo Sérgio Moreira da Silva (2005), a caretagem em Paracatu/MG é originária da Bahia. A região de Paracatu/MG era corredor econômico no período da colonização, mais especificamente na fase na mineração. O trânsito entre as regiões do Nordeste e Centro Oeste tinha passagem certa por Paracatu/MG. O mesmo acredita que na fase de decadência da produção açucareira do nordeste e descobertas de minas em Goiás, Mato Grosso e posteriormente, na própria região de Paracatu, além das trocas comerciais, as culturais foram intensas. Daí a chegada da “caretada” na região.

A formação populacional da região tem também, forte influência na existência dessa manifestação local como podemos ver no relato a seguir.

Os negros Angolas, Congos, Moçambiques superlotavam o mercado escravagista. Os Angolas eram negros mais fracos fisicamente. Loquazes, indolentes, muito festeiros (...). No período da exploração das minas, foram os Angolas e Congos, na sua quase totalidade, que vieram para nossa região (...). Outro grande número de escravos que aportou às minas de Paracatu foram os “minas” e os “geges”. Eram dóceis ainda. (...) nas terras onde os negros tiveram predominância, até hoje as suas festas são as mais concorridas. (MELLO, 2004, p.151).

Associada às festividades de São João, a “caretada” é lembrada localmente tendo sua origem na Comunidade Quilombola de São Domingos. Que de acordo com Mello (2004) é um dos núcleos populacionais mais antigos em torno das minas de Paracatu. O grupo de “caretagem” dos Amaros foi reavivado nos anos de 1970, por dois filhos de Ignêz.

Para Dória (2004, p.98), a “caretada” pode ter sido parte de um “auto popular mais elaborado, hoje desaparecido na região, pois está combinado com elementos formais temáticos de autos e danças de procedência europeia”. Outro aspecto que para a antropóloga liga a manifestação a folguedos de origem europeia são as máscaras que



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

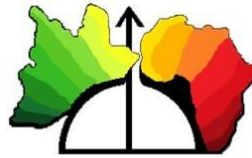
segundo ela, podem mimetizar danças de corte europeia. Para Silva (2005), a origem da máscara está ligada a um personagem de nome Zambiapunga, pertencente ao universo mítico africano que aparece nos cultos bantos. Nos dias de hoje, o mesmo personagem aparece em festejos em cidades do Recôncavo Baiano e ganhou uma expressão mais alegre e festiva. Para esse pesquisador, é desse personagem e suas adaptações locais que surge a “caretagem” de Paracatu. A dificuldade de definição da origem não impede que essa manifestação faça parte das inúmeras festas de origem colonial que misturam religiosidade com festejos mundanos como Congadas, Moçambiques, Marujada, Catopés, Dança de São Gonçalo, Folia de Santos Reis e muitas outras, sendo todas ligadas a manifestações negras. Nesse trânsito entre religioso e profano, tais festas revelam:

A riqueza de funções com as quais as populações do passado dela se apropriavam. Se, de início ela aparece com o reflexo das instituições de poder e do desejo do Estado Moderno de aproveitar essa ocasião para afirmar seu poder, ela mostra-se lentamente expressão de diferentes segmentos da sociedade. (DEL PRIORE, 2002, p.89).

Para Silva (2005) a “caretagem”, de Paracatu sobreviveu não só ao tempo como também à mutações culturais. Sua justificativa para isso é sua vinda da Bahia e no Noroeste de Minas, incorporar novos elementos do cotidiano local, fato que auxiliou na sua preservação até os dias atuais. Em seus primórdios rurais, a festa de São João com a presença dos caretas, tinha a duração de duas noites e um dia:

Após o levantamento do mastro com a efígie de São João, ao redor da fogueira, a maioria das superstições são avivadas e praticadas. E a imagem de São João se encontra sobre uma mesa, em destaque, entre duas velas ardentes. Nas extremidades são colocadas as imagens de Santo Antônio e de São Benedito. E o arco feito de bambu, todo iluminado, enfeita o improvisado altar. Diante desse altar, os rezadores cantam as ladainhas de São João e de Santo Antônio. Sempre repetindo-as enquanto os devotos vão beijando as imagens ali expostas. De repente, no meio do terreiro, surge dois caboclos, um com uma sanfona de 8 baixos e outro com viola. São os desafiadores. Eles inflamam os presentes, fazendo com que todos, sem distinção de idade, caiam na dança. Após o desafio, aparecem homens utilizando máscaras. É o início da dança da “caretada”, uma espécie de catira em par (MELLO, 2004, p.154).

Esse ritual, descrito por Mello (2004), teve maior ocorrência até aproximadamente a década de 1970. Já não acontece mais. Na cidade, os “caretas” realizam um cortejo,



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

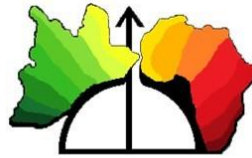
formado por vinte e quatro homens que formam os pares dançantes, acompanhados dos músicos instrumentistas. A quantidade de músicos pode variar. Há grupos que apresentam pandeiros, tambor, sanfona, viola e triângulo. Há grupos que não apresentam instrumentos de corda. O som de destaque é o da sanfona. Os bailarinos amarram em seus corpos, chocalhos e guizos que ecoam à medida que os corpos se movimentam, dando complementação sonora à orquestra. Os instrumentistas não usam disfarce.

Em seus tempos áureos, o cortejo dos “caretas” dos Amaros, mobilizava praticamente, três bairros: o próprio Paracatuquinho, onde vivem até os dias atuais, o bairro Arraial D’Angola e bairro Santana. As famílias que queriam as bênçãos do santo recebiam os festeiros, oferecendo-lhes comida e bebida. Em algumas paragens ocorriam momentos de orações e logo após, a dança. O fato de o cortejo seguir seu traçado por esses bairros pode estar ligado à limitações de tempos passados, estabelecidos pela própria organização administrativa da cidade, como mostra um trecho do Código de Postura de Paracatu, de 1945.

Art. 95 da secção III. Parágrafo único – fora dos três dias destinados aos festejos do carnaval, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo autorização especial das autoridades competentes.

Art. 77 da secção I. Parágrafo II. É extremamente proibido, sob pena de multa: promover batuques, congadas ou divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nessa vedação os bailes e reuniões familiares. (apud, SILVA, 2005,p.113)

Na cidade há outros grupos de “caretas” e pode-se notar que acostumados ao controle desde tempos remotos, cada grupo desenvolve suas manifestações em seus espaços de vivência. Os caretas da comunidade de São Sebastião organizam-se e apresentam-se na própria comunidade, os caretas do Alto do Açude segue o mesmo costume, perpassando apenas ruas desse bairro. Assim também faziam os Amaros quando da formação do grupo. Nos dias atuais, por vários motivos o grupo está desativado. Uma das representantes da comunidade em relatos para esta pesquisa, alegou como um dos fatores de desestruturação do grupo a grande conversão de membros da família, e até mesmos elementos próximos ao grupo, à religiões



SALVADOR E SUAS CORES 2017

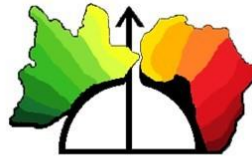
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

evangélicas e estas consideram os festejos como manifestações mundanas e inadequadas aos fieis. Outro fator também alegado é a não permissão, pela tradição, da presença de mulheres no grupo, mas isso ainda pode ser contornado pelos rearranjos que essa tradições podem passar. Apresentamos até aqui alguns dos enfrentamentos que a Família dos Amaros vem passando desde tempos passados.

As questões de territorialidade e identidade

Historicamente, a expansão legal das fronteiras territoriais brasileiras, contou com a contribuição de grupos que ou desconsideravam índios e quilombolas ou os tratavam como intrusos e invasores. Na refrega entre esses grupos, não foram raras as ocasiões em que os considerados ilegais como índios e negros, uniram-se em miscigenações biológicas e sincretismo cultural dando origem a novas etnias raciais que, por sua vez, entravam na luta contra os expansionistas formando novos grupos de resistência, fugindo para regiões mais distantes em busca de proteção, construindo assim uma gama de novos territórios e nesses, territorialidades próprias.

O ser humano, assim como as outras espécies animais, necessita de espaços de sobrevivência, espaços que ao se tornarem o território de algum grupo garantirá não só sua sobrevivência material como também sua sobrevivência social e a partir dessa, sua organização cultural e identitária. É nessa relação com o espaço que as comunidades quilombolas foram se estruturando ao longo do tempo. Na proteção e garantia de um território como espaços de sobrevivência são criadas as tradições e manifestações relacionadas a esse, essas práticas constituem a territorialidade. Essa territorialidade é a maneira como o grupo vê, interpreta e sobrevive no mundo, é como o grupo se autoidentifica. Os Amaros desenvolveram essa territorialidade com a região da Pituba, mesmo distantes dela depois de expulsos, buscaram reproduzi-la no novo espaço. Aspectos culturais e tradicionais da família foram mantidos como o uso da terra, mesmo que em um espaço exíguo em relação à Pituba, a produção de farinha, a criação de animais, a reconstituição da dança da caretagem e até mesmo o hábito de união entre parentes.



SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Como são vastos os grupos sociais, são vastas também as territorialidades e identidades. Pelo regime de propriedade no Brasil, a terra é dividida em duas categorias básicas: terras privadas e terras públicas. Terras privadas são aquelas “presididas pela lógica capitalista e individualista”, sendo exploradas e ocupadas da forma como bem interessa seu proprietário. As terras públicas são aquelas sobre o controle do Estado (LITTLE, 2002, p.7).

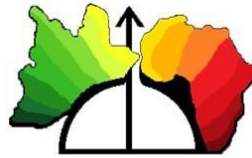
Essa estrutura, de acordo com Almeida (2002, p. 44), começou a ser revista a partir de 1985:

(...) quando se foi constituir o Cadastro das Glebas do Inbra, houve alguma dificuldade no reconhecimento de situações que estavam se impondo pela via do conflito social e não correspondiam exatamente aos critérios norteadores daquelas categorias classificatórias.

Essas categorias eram as que, posteriormente, foram designadas de *terras de preto*, *terras de santo*, *terras de índio*. Ainda por Almeida (2002) essas *ocupações especiais* (grifo do mesmo) contemplam as chamadas *terras de uso comum* que:

(...) compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre o uso e propriedade e entre o caráter privado comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias. (ALMEIDA, 2002, p.45)

Os conflitos sociais citados na referência acima faziam parte do panorama sociopolítico gerado pela política capitalista liberal que motivou cada vez mais a ocupação de novos espaços territoriais, principalmente aqueles que anteriormente tinham sido abandonados pelas dificuldades de domínio sobre os recursos naturais ou pelas dificuldades de acesso. O desenvolvimento tecnológico reduziu tais dificuldades e esses espaços tornaram-se novas oportunidades para o desenvolvimento capitalista.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

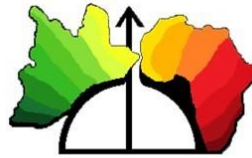
Por Little (2002, p.13), “frente a essas novas pressões, os povos tradicionais se sentiram obrigados a elaborar novas estratégias para defender suas áreas”. Tornou-se cada vez mais difícil ao Estado brasileiro não reconhecer sua diversidade territorial e identitária. Nos dias atuais, mesmo com toda legislação e mobilização de vários setores, a questão do direito à terra por parte dos quilombolas é polêmica. Para ser garantido o direito de posse sobre um território a uma comunidade quilombola, o processo é moroso é difícil. Além disso, no caso dos quilombolas e demais comunidades tradicionais, a garantia do território está diretamente ligada à questão de suas identidades.

A luta pela garantia e direito sobre determinados territórios, como apresentamos neste estudo sobre os Amaros, está profundamente relacionada com o autorreconhecimento dessa identidade desvelada. A identidade quilombola representa antes de tudo, o sentimento de pertencimento, é coletiva e

(...) pode ser entendida como um conjunto de referenciais que regem os interrelacionamentos dos integrantes de uma sociedade ou como o complexo de referenciais que diferenciam o grupo e seus componentes dos “outros”, grupos e seus membros, que compõem o restante da sociedade (NASCIMENTO, 2003, p.31).

A remoção de uma comunidade quilombola de um determinado local não pode ser encarada apenas como uma mudança territorial. Um fato como esse pode causar sérios danos a essa identidade, é como um etnocídio. “Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta”, e outras que são “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios” (BAUMAN, 2008, p.17). O caso dos quilombolas está relacionado à primeira opção.

A identidade que define esse sujeito como quilombola, está inseparavelmente ligada a um determinado território. Desejar o retorno à região da Pituba, como acontece com boa parte dos membros da Família dos Amaros é a mais evidente representação dessa territorialidade. Apartá-los, assim como mantê-los distantes desse espaço, representa a perpetuação da exclusão desse grupo de seu próprio processo histórico:



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

(...) não é apenas o direito dos membros de cada comunidade de remanescentes de quilombo que é violado quando se permite o desaparecimento de um grupo étnico. Perdem todos os brasileiros, das presentes e futuras gerações, que ficam privados do acesso a um “modo de criar, fazer e viver”, que componha o patrimônio cultural do país (SARMENTO, 2006, p.7).

Os Amaros buscaram e buscam até os dias atuais o retorno às suas terras, recriaram seu modo de vida no espaço urbano baseando-se no que viveram num passado remoto. Os mais velhos deixaram no imaginário dos mais novos, relatos que se tornaram reminiscências de uma história que lhes foi roubada e que ainda desejam retomá-las, talvez não para vivê-las como dantes pois a dialética das vicissitudes cotidianas traz novos modos de vivência, porém para reafirmar suas heranças culturais.

A questão do reconhecimento dentro do espaço social

No ano de 1997, de posse da acertidão que definia os Amaros como proprietários de 180 alqueires de terras, equivalente a 720 hectares, adquiridos por Amaro Pereira das Mercês, na região da Pituba, cujo nome passaram a chamar de Fazenda dos Amaros. Ignês ainda viva, tentou, juntamente com outros membros da família, uma Ação Reivindicatória contra vários posseiros ocupantes das referidas terras. A ação foi veementemente repelida pelos acusados. O processo dessa ação foi se arrastando sem resultados consistentes para os Amaros até que no ano de 2004, acesorados pela ONG Fala Negra, os Amaros entraram em contato com a Fundação Cultural Palmares. Reconhecidos e com o devido acompanhamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, os Amaros passaram a seguir todos os procedimentos indicados por essas instituições e a acreditar na força do texto constitucional. O reconhecimento legal dos Amaros como remanescentes de quilombo simbolizou uma grande conquista. Passaram a pertencer ao movimento quilombola e a não se sentirem desamparados. Mas reconhecimento legal deve ser acompanhado pelo reconhecimento social de tal forma que um não apague ou sobressaia ao outro. Essa seria a forma ideal para a certeza de pertencimento a um determinado grupo social



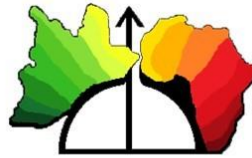
SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A percepção de desrespeito e conseqüentemente de injustiça por parte de um grupo tornam-se uma luta por reconhecimento quando os bens simbólicos do desrespeitado, que também são garantia de sua preservação e sobrevivência são desconsiderados por outros. O reconhecimento social é perceptível quando há a eliminação desse desrespeito de forma que o desrespeitado sintam-se igual aos outros mesmo que independente desses. Ao lutarem por esse reconhecimento, estão agindo no sentido que Arendt (2008) alega ser a condição de ação do ser humano. Tanto para Honnet (2009), quanto para Arendt (2008), essa luta e essa ação acontecem no âmbito público. No espaço em que as diferenças devem ser eliminadas pela garantia de participação de todos em níveis de igualdade.

Esse discurso nos remete a questionamentos diretamente referentes à realidade concreta desses sujeitos como: - O que é ser pobre e negro numa sociedade que “conserva a cidadania como privilégios de classe”, concedendo-a segundo os interesses de quem julga detê-la? O que é ser pobre e negro numa sociedade que classifica seus sujeitos em superiores e inferiores utilizando da “violência simbólica” como “regra de vida social e cultural”, determinando aos inferiores, seu lugar e sua vez? O que é ser pobre e negro numa “numa sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres?” (CHAUI, 1986, p.53-54).

Para Jessé Souza (2006, p.85), “a desigualdade social no Brasil padece de uma opacidade que tornou naturais classificações e exclusões sociais”. No caso das discriminações raciais, Souza (2006) observa que essa prática é uma variável das causas da desigualdade social e busca uma explicação teórica que justifique essa prática:

(...) não é meramente a “cor da pele”, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo



SALVADOR E SUAS CORES 2017

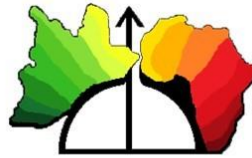
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

de “personalidade”, ou seja, de um *habitus* específico, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo.

Souza (2006) ainda observa que o aparato institucional disciplinador e coercitivo do mundo moderno apoiou-se na dupla Estado e mercado. Essa economicização da igualdade como imperativo empírico de Estado e mercado, desenvolvido pela burguesia ao homogeneizar o tipo humano: “ - domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto responsabilidade etc. – transformando o comportamento econômico em modelo para todo comportamento humano digno de respeito e reconhecimento” (SOUZA, 2006, p.80), no mundo moderno, torna-se o parâmetro para classificar e desclassificar pessoas e até grupos inteiros. “Consolidadas institucionalmente, esse modelo contingente assume a forma naturalizada de uma realidade auto-evidente que dispensa justificção” (SOUZA, 2006, p.76). Essa valoração do sujeito ou até mesmo de um grupo todo, promovida pela lógica homogeneizante das instituições, Estado e mercado, terá como modelo o europeu, branco e louro. Quando transportado, para o Brasil a partir da metade do século XIX, aqui encontrará o negro e o mulato, sujeitos à herança da ordem escravocrata, inadaptado à ordem capitalista incipiente e marginalizado por um processo sociocultural excludente. Para Souza (2006) a genealogia da exclusão que presenciamos nos dias atuais está na dinâmica institucional do capitalismo baseada na oposição mente/corpo. Para ele não são apenas essas as distinções que são provocadas por esse fenômeno, mas sim todas as classificações e distinções sociais assim como as oposições de gênero, nos casos étnicos:

Do mesmo modo, a “raça branca” é associada à europeidade e suas herança cultural, ao controle e disciplina. A “raça negra” é considerada inferior pela associação ao “primitivismo” africano que é percebido tal qual repositário de valores ambíguos como força muscular e sensualidade. (SOUZA, 2006, p.85).

Empiricamente, essa teoria de Souza (2006) pode ser comprovada pelos vários estudos que demonstram a baixa presença dos negros nas escolas, locais de destaque na sociedade assim como entre os que têm melhores empregos. Em sua maioria, são encontrados em trabalhos braçais, de baixa remuneração ou não atingem qualificação adequada para as oportunidades de trabalho. Pesquisa recente mostrou



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

que, no que se refere à infraestrutura das comunidades quilombolas atuais, apenas 3% dos domicílios têm rede de coleta de esgoto, apesar da melhoria no que se refere à escolaridade, num total de 2.260 entrevistados, 30% das pessoas ainda são analfabetas, chegando a 50% os que frequentaram escolas por até quatro anos. A renda das famílias ainda é muito baixa, 72% possuem uma renda mensal inferior a um salário mínimo e apenas 23% das famílias entrevistadas têm renda até três salários mínimos.

Apenas 30 % das famílias afirmaram consumir a quantidade de alimentos suficientes para um mês.⁷

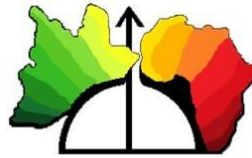
Os Amaros ainda não estão seguros quanto a esses dois reconhecimentos. Realidade que não atinge apenas os Amaros. Em recente entrevista, Gilberto Coelho de Carvalho⁸ expressou de forma clara, como tem sido o reconhecimento da comunidade de Paracatu em relação aos quilombolas:

A cultura negra é exibida como folclore e destruída pelas políticas públicas. A Prefeitura quer colocar a cultura negra como atrativo turístico, mas, no nosso dia-a-dia, cadê essa cultura? Ela só tem que ser mostrada no aniversário da cidade? Não, ela tem que ser mostrada no dia-a-dia e passada de geração em geração. Se ela não é mostrada no dia-a-dia, quem vai dar continuidade a ela? O problema começa na área da educação: nenhuma das cinco comunidades negras do município tem escola. Enquanto isso, o governo municipal cadastrou escolas da cidade como sendo quilombolas. Isto não é bom, porque a escola deveria estar lá na comunidade.

Merecer o reconhecimento social é mais que uma identificação estereotipada, envolve entender a forma de fazer e viver do outro que compõe o todo. A composição do todo só será plena se os direitos estiverem distribuídos de forma equitativa.

⁷ Pesquisa apresentada na obra Comunidades quilombolas no Brasil – Características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais.

⁸ Era Diretor Administrativo da Federação Quilombola de Minas Gerais (N'GOLO), pertencente à comunidade Porto do Pontal, também da região de Paracatu.



SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Considerações finais

Os Amaros são a representação da luta quilombola não só por um espaço físico rural ou urbano, mas de um espaço também social. Vivenciaram em sua trajetória histórica as vicissitudes territoriais que a exclusão social lhes impôs. Mesmo assim, seguiram seu caminho se reinventando e preservando a essência do ser quilombola. Cientes de que boa parte do que lhes pertence já não é mais possível recuperar, tentam até os dias atuais por sua retomada.

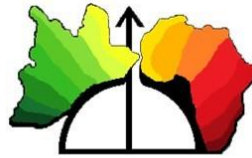
No espaço urbano, suas casas guardam retratações físicas em sua própria arquitetura, do que lhes foi ensinado sobre o tempo do quilombo na área rural. A perda dos membros mais velhos vem afetando na formação do grupo caretada além da conversão de vários membros da família à religiões evangélicas.

As mudanças governamentais brasileiras que vêm afetando os direitos adquiridos com lutas pelos movimentos sociais e dentre estes os quilombolas. Negar sua existência seria uma incongruência com a realidade da formação social brasileira.

Relacionar quilombolas com seus aspectos históricos, identitários, territoriais e culturais aos conceitos de arquitetura e urbanismo é mais um passo no reconhecimento da importância desse sujeito na formação e constituição histórica não só brasileira mas da humanidade, uma vez que o modo de ser e viver quilombola pauta-se pelo respeito ao ambiente, pela utilização comunitária da terra, pela aceitação do outro através da valorização do pertencimento.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

ARENDR, Hannah. **A condição humana**: ação. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP : Edusc, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

BRANDÃO, André; DA DAL, Salette; GOUVEIA, Victor Hugo. **Comunidades quilombolas no Brasil**: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Niterói : EdUFF, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 3 maio 2010.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Os Amaros de Paracatu** – Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros. Brasília, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v.1. São Paulo: Globo. 2008.

FERREIRA, Maria Nazareth. **As festas populares na expansão do turismo: a experiência italiana**. São Paulo: Arte & Ciência–Villipress, 2001.

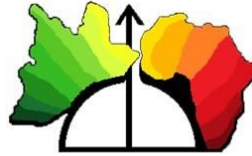
HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: 34, 2009.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MELLO, Oliveira. **As minas Reveladas – Paracatu no tempo**. Paracatu: Prefeitura Municipal de Paracatu. 1994.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro. 2003.

SARMENTO, Daniel. **A garantia dos direitos à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação.** Parecer de 2006. Disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/ins-titucional/grupos-dtrabalho/quilombosdocumentos/pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens às nascentes do rio São Francisco pela província de Goiás.** São Paulo: Nacional. 1937.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu/MG (1960 – 1980).** Universidade Federal de Uberlândia. Programa de PósGraduação em História. 2005.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe – contra as evidências do conhecimento imediato. In. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** (Org.) SOUZA, Jessé. Belo Horizonte, MG : UFMG, 2006.